

TRT-PR-00115-2009-653-09-00-6-ACO-01028-2011 – 4ª TURMA

Relator: LUIZ CELSO NAPP

Publicado no DEJT em 21-01-2011

**DEPÓSITO RECURSAL. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO EM PECÚNIA. INEXIGIBILIDADE.** Segundo o item I da Instrução Normativa n.º 03/1993 do C. TST, o depósito recursal não tem natureza jurídica de taxa, mas sim de garantia do juízo recursal, que pressupõe decisão condenatória ou executória de obrigação de pagamento em pecúnia, com valor líquido ou arbitrado. Dessa forma, **o depósito recursal previsto no art. 899 da CLT somente é cabível quando há condenação da parte vencida em valor monetário, o que não se vislumbra na presente Ação Civil Pública, uma vez que a empresa foi condenada apenas em obrigações de fazer e não-fazer.** Preliminar rejeitada.